

O compliance chega antes da *tecnologia*.

O planejamento estratégico do Banco Central para 2026-2029 desenha a convergência de Pix, Open Finance, Drex e tokenização em uma única infraestrutura programável. A tecnologia ainda está em construção — mas as exigências de governança de dados, controles de API e trilhas de auditoria chegam antes. Este material organiza a agenda pela ótica de quem terá que evidenciar conformidade.

O que este material te *entrega*.

- **A agenda 2026-2029 organizada em quatro pilares:** evolução do Pix, expansão do Open Finance (portabilidade de salário e investimentos), reestruturação tecnológica do Drex e tokenização de ativos reais — e o estado atual de cada frente.
- **A tese central traduzida:** integração das infraestruturas com liquidação atômica e programabilidade financeira — e por que cada avanço técnico cria, antes de qualquer receita, uma obrigação nova de controle.
- **O mapa de compliance antecipado:** governança de consentimento e dados sob LGPD e Open Finance, gestão de APIs e terceiros, trilhas de auditoria de transações programáveis e asseguração independente de infraestruturas críticas.
- **Um diagnóstico editável de 12 perguntas** para instituições e fintechs medirem a prontidão de controles para a agenda que o BCB já anunciou.
- **Próximos passos objetivos** com a MERC: asseguração de controles de infraestruturas e terceiros (ISAE 3402), diagnóstico de governança de dados e consentimento e preparação de trilhas de auditoria para operações programáveis.

Material de aplicação prática elaborado pela MERC Group a partir do artigo “Planejamento estratégico do BCB 2026-2029: Pix, Drex, Open Finance e tokenização — e a conta de compliance que chega primeiro”, publicado em junho de 2026 em www.mercgroup.com.br/insights. Este documento tem caráter informativo e não substitui avaliação profissional específica.



Este material não é sobre teoria. É sobre *decisão prática*.

Na agenda do BCB, a tecnologia tem cronograma. A supervisão, não: a evidência de controle será cobrada de quem participar — desde o *primeiro piloto*.

O BCB publicou o mapa. Falta o mercado construir os *controles*.

O QUE ACONTECEU

O planejamento estratégico do Banco Central para o ciclo 2026-2029, divulgado em junho de 2026, projeta a integração progressiva de Pix, Open Finance, Drex e tokenização de ativos reais em uma infraestrutura financeira programável, com liquidação atômica entre dinheiro e ativos digitais no horizonte de 2029.

No Drex, a autarquia reconheceu a inflexão tecnológica: a base em blockchain testada nos pilotos foi considerada inadequada aos requisitos de privacidade e escala, e uma nova arquitetura está em definição — o objetivo de moeda de banco central tokenizada permanece, a rota técnica mudou.

No Open Finance, a agenda de curto prazo é concreta: conclusão do piloto da jornada otimizada, portabilidade de salário e, na sequência, portabilidade de investimentos — cada nova jornada ampliando o volume de dados compartilhados e o perímetro de consentimento a governar.

Para as instituições, a leitura estratégica é uma só: as frentes têm maturidades diferentes, mas todas convergem para o mesmo requisito — dados governados, APIs controladas, terceiros supervisionados e trilhas completas. Quem constrói isso agora transforma a agenda regulatória em vantagem; quem espera a tecnologia ficar pronta herda o passivo de conformidade junto com ela.

O QUE MUDA NA PRÁTICA

O consentimento vira ativo a governar em escala. Portabilidade de salário e investimentos multiplica dados sensíveis em circulação: gestão de ciclo de vida do consentimento, minimização de dados e resposta a titulares sob LGPD passam a operar em volume industrial — com o BCB e a ANPD olhando.

APIs e terceiros entram no perímetro de supervisão. A infraestrutura integrada é uma cadeia de dependências: disponibilidade, segurança e conformidade de parceiros tecnológicos e participantes indiretos exigem contratos com direito de auditoria, monitoramento contínuo e relatórios de asseguarção de controles.

Transações programáveis exigem trilha de ponta a ponta. Liquidação atômica e contratos inteligentes deslocam a lógica de negócio para código: logs imutáveis, versionamento, aprovação formal de regras programadas e capacidade de reconstituir cada operação viram requisito de auditoria — interna, independente e do supervisor.

A asseguarção independente vira moeda de confiança. Em infraestruturas interdependentes, cada participante precisará demonstrar aos demais — e ao BCB — que seus controles funcionam: relatórios ISAE 3402 e asseguarção de conformidade deixam de ser diferencial e viram condição de participação.

Como isso afeta a *sua* companhia.

BANCO E INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE DO OPEN FINANCE

Audite hoje a governança de consentimento e a qualidade dos dados compartilhados: as novas jornadas vão multiplicar o volume sobre a mesma base de controles — se ela tem fragilidades, elas escalam junto.

INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO E FINTECH

Participação nas novas infraestruturas exigirá evidência de controle proporcional ao risco: comece pelas trilhas de auditoria das operações atuais e pela gestão formal de terceiros — é o que a supervisão pedirá primeiro.

INFRAESTRUTURA DE MERCADO E PROVEDOR TECNOLÓGICO

Prepare-se para ser o elo auditado da cadeia: relatórios de asseguração de controles (ISAE 3402 tipo II) serão exigência contratual padrão de participantes e supervisores — antecipe o desenho do escopo.

GESTORA E MERCADO DE CAPITAIS

Tokenização de ativos reais e portabilidade de investimentos vão reconfigurar custódia, registro e distribuição: acompanhe a agenda regulatória e teste cedo os impactos operacionais e contábeis dos ativos tokenizados.

EMPRESA EM EXPANSÃO PARA SERVIÇOS FINANCEIROS

A barreira de entrada do ciclo 2026-2029 não será tecnológica — será de conformidade demonstrável: incorpore governança de dados e trilhas de auditoria à arquitetura desde o primeiro dia, não como retrofit.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO

Onde a sua companhia está *hoje*?

Responda Sim ou Não. Cada "Não" é um ponto de atenção prioritário. Os campos deste formulário são editáveis.

	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
01. A instituição mapeou como cada pilar da agenda 2026-2029 (Pix, Open Finance, Drex, tokenização) afeta seu modelo de negócio?			
02. A governança de consentimento cobre todo o ciclo de vida — captura, uso, revogação e expurgo?			
03. Os dados compartilhados via Open Finance têm qualidade monitorada e responsável formal?			
04. O inventário de APIs expostas e consumidas está completo, com controles de segurança testados?			
05. Os terceiros críticos da cadeia tecnológica têm contratos com direito de auditoria e SLAs de conformidade?			
06. Há monitoramento contínuo (não apenas anual) dos controles de parceiros e participantes indiretos?			
07. As operações automatizadas e programáveis geram trilhas completas, imutáveis e reconstituíveis?			
08. Regras de negócio em código passam por aprovação formal, versionamento e teste independente?			
09. Os requisitos da LGPD estão integrados aos fluxos do Open Finance, com resposta a titulares testada?			
10. A instituição possui ou exige relatórios de asseguarção de controles (ISAE 3402) dos elos críticos?			
11. Os planos de continuidade cobrem indisponibilidade das infraestruturas integradas?			
12. O conselho acompanha a agenda 2026-2029 com visão de investimento em controles, não só em tecnologia?			

Do diagnóstico à *ação*, com a MERC.

MERC Valuation — valuation.mercgroup.com.br

Avaliação de empresas com metodologia de mercado financeiro: DCF, múltiplos e modelagem avançada, com trilha de premissas auditável.

MERC DF — df.mercgroup.com.br

Elaboração e revisão de demonstrações financeiras em conformidade com CPC e IFRS, prontas para auditoria, credores e investidores.

MERC Lastros — lastros.mercgroup.com.br

Verificação independente de lastros para securitizadoras, FIDCs e operações estruturadas, com evidência e rastreabilidade.

Auditoria & Advisory especializada

Asseguração independente de controles de infraestruturas e terceiros (ISAE 3402 / NBC TO), diagnóstico de governança de dados e consentimento no Open Finance e preparação de trilhas de auditoria para operações programáveis e ativos tokenizados.

AGENDAR REUNIÃO

Fale com o nosso time: contato@mercgroup.com.br

Ou fale diretamente com nossos sócios: gabriel.carolei@mercgroup.com.br · bruno.zamboni@mercgroup.com.br

Referências deste material.

NORMAS E REGULAÇÃO BRASILEIRAS

- Planejamento estratégico do Banco Central do Brasil — ciclo 2026-2029.
- Resolução Conjunta CMN/BCB 1/2020 e regulamentação do Open Finance.
- Lei 13.709/2018 (LGPD) — proteção de dados pessoais.
- Regulamento do Pix e comunicados do BCB sobre o Drex.
- Resolução BCB 85/2021 — política de segurança cibernética de instituições de pagamento.

REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

- ISAE 3402 — asseguuração de controles em organizações prestadoras de serviços.
- Princípios CPMI-IOSCO para infraestruturas do mercado financeiro.
- BIS — trabalhos sobre moedas digitais de banco central e tokenização.

As referências acima indicam o arcabouço normativo aplicável na data de elaboração deste material (julho de 2026) e podem ser alteradas pelos órgãos emissores. A aplicação a casos concretos exige análise específica. MERC Group — Auditoria do Mercado Financeiro Brasileiro · São Paulo · Brasil.